

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.193 - CE (2019/0355091-2)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : MATHEUS CINTRA BEZERRA
ADVOGADO : MATHEUS CINTRA BEZERRA - CE014849
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : LOREN KATHERINE ANDRADE DOS SANTOS NASCIMENTO
(PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LOREN KATHERINE ANDRADE DOS SANTOS NASCIMENTO contra decisão de Desembargador integrante do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, que indeferiu a liminar no HC n. 0632686-90.2019.8.06.0000.

Nesta via, o impetrante alega a ocorrência de constrangimento ilegal capaz de superar o óbice do enunciado da Súmula 691/STF, diante da ausência de fundamentação da decisão que indeferiu a medida liminar.

Sustenta inexistir motivação válida a justificar a segregação cautelar imposta à paciente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do CPP, destacando não haver sido demonstrado como a liberdade da acusada poderia fragilizar a instrução criminal.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja revogada a prisão cautelar da paciente "*cassando-se a decisão ilegal apresentada pelo impetrado, reconhecida sua falta de fundamentação fática*" (e-STJ fl. 12).

É o relatório.

Esta Corte Superior, nos termos da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, pacificou orientação no sentido de que "*não se admite habeas corpus contra decisão negativa de liminar proferida em outro writ na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância*" (AgRg no HC 252.412/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 9-10-2012, DJe 17-10-2012), destacando que "*O referido óbice é ultrapassado tão somente em casos excepcionais, nos quais a evidência da ilegalidade é tamanha que não escapa à pronta percepção do julgador*" (AgRg no HC 300.610/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 4-9-2014, DJe 15-9-2014).

E, da análise da documentação acostada aos autos, verifica-se que não está caracterizada flagrante ilegalidade suficiente para superar o óbice do referido enunciado sumular. É que a decisão objurgada não se mostrou teratológica, restando devidamente fundamentado o indeferimento do pleito liminar, pois a autoridade tida como coatora não entendeu presentes os requisitos necessários para a concessão sumária da ordem, tecendo ainda as seguintes considerações (fls. 154/157):

O pedido liminar em habeas corpus é medida desprovida de previsão legal, tratando-se de uma criação

Superior Tribunal de Justiça

jurisprudencial voltada ao combate imediato de ato indevido de constrangimento ou ameaça ao direito à liberdade de locomoção, devendo ser concedido apenas em casos nos quais a urgência, a necessidade e a relevância da medida se evidenciem de forma incontroversa na própria impetração e nos elementos de prova a ela colacionados, requisitos que, a bem ver, não se mostram claramente delineados.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência. É que, aprioristicamente, a decisão que decretou a prisão preventiva da paciente está devidamente fundamentada, senão vejamos:

Decreto de Prisão Preventiva (fls. 102/105):

"(...) Segundo o M.P 12(doze) pessoas foram denunciadas na ação penal proc. Nº55082-50.2019, entre as quais Loren Katherine Andrade dos Santos Nascimento.

Em procedimento de interceptação telefônica autorizada por esse juízo – nº6082-12.2018 - , revelou-se que suso mencionada denunciada praticou atos de interferência nas investigações, diante das conversas obtidas, as quais o M.P detalhou de forma expositiva, em que em (2) duas ligações, uma das quais por WHATSAPP, a irmã do denunciado, Francisco Lima Sampaio, vulgo “Tio Maneco”, Edilene Rocha Sampaio, diz para Loren que quer “pagar” e pede a senha do Sr Francisco Lima Sampaio (“Tio Maneco”), sendo que, na opinião de Edilene, somente ela, Loren, poderia resolver esse assunto de ordem financeira...

Na sequencia, é dado um número para Loren – o de Maria do Socorro - , em que supostamente fica claro a intenção da mesma (Loren) de intervir na instrução presidida pelo MP.

Concluindo o MP que Loren tinha conhecimento das transações financeiras, e que tinha conhecimento da senha de “Tio Maneco”, bem como tinha a intenção de intervir a instrução, pede o “Parquet” a busca e apreensão de documentos e objetos no âmbito das residências de Loren e Edilene, especialmente os documentos armazenados em dispositivos digitais para obtenção de novos

Superior Tribunal de Justiça

elementos de prova, especialmente aparelhos celulares.

Pede, ainda, o M.P a prisão preventiva de Loren Katherine Andrade dos Santos Nascimento, da ex-chefe do gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Maracanaú (Carlos Alberto Gomes de Matos Mota), por concreta e intencional intervenção na instrução investigativa, burlando os meios de provas, dificultando a comprovação dos crimes cometidos pela associação criminosa, presentes, segundo o M.P, os pressupostos da medida excepcional(art.312, do C.P.), e para a Garantia da Instrução Criminal.

DECIDO.

1 - DA PRISÃO PREVENTIVA REQUERIDA PELO MP:

Evidente que já há uma ação penal em que a ora representada foi denunciada - ação penal proc. Nº 55082-50.2019 - , posto que presentes indícios suficientes de autoria e prova da materialidade do fato.

Nada obstante, a liberdade da representada não pode significar que se permita a sua ação intencional na manipulação de provas, e combinação de testemunhos.

Os fatos narrados pelo M.P são graves, e requerem uma reprimenda para que se garanta a instrução criminal (art.312, do CP).

Entende esse magistrado que estão presentes os pressupostos da prisão preventiva – art.312, do C.P. - , sendo que medidas outras diversas da prisão cautelar não são suficientes e adequadas para o caso “sub óculi” - art. 282, II e art. 282, §6º, todos do CPP.

“EX-POSITIS”, decreto a PRISÃO PREVENTIVA de Loren Katherine Andrade dos Santos Nascimento, o que faço com fulcro nas disposições do art.312, do CPP, para a garantia da instrução criminal.

Expeça-se-lhe MANDADO DE PRISÃO PREVENTIVA.”

Desta forma, o magistrado primevo fundamentou o decreto da prisão preventiva, já que estavam presentes os requisitos do art. 312 do CPP. Logo, não prevalece o argumento de que a decisão é

Superior Tribunal de Justiça

carente de fundamentação, posto que a prisão cautelar da paciente deu-se, conforme exposto, pela conveniência da instrução criminal, possuindo caráter eminentemente instrumental, a fim de resguardar o bom andamento do processo, evitando que a paciente aja de forma a atrapalhar a investigação.

Ademais, conforme denúncia ministerial, a paciente foi indicada como possível integrante (o órgão Ministerial denunciou doze pessoas) do grupo de servidores da Câmara de Maracanaú investigados pelos crimes de peculato, lavagem de dinheiro e associação criminosa e que, a possível tentativa de intervenção na investigação teria como intuito dificultar a comprovação dos crimes cometidos pelo grupo que, supostamente, a paciente faz parte.

Ato de contínua análise, também não merece prosperar, nesse momento processual, o fundamento da defesa de falta de contemporaneidade do decreto de prisão cautelar com os fatos, uma vez que a conversa interceptada deu-se em 17 de setembro de 2019, pouco tempo após a deflagração da "Operação Fantasma" ocorrida em 10 de setembro de 2019, cujas investigações ainda se encontram em trâmite.

Desta forma, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de um possível constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste writ.

Isso posto, INDEFIRO o pedido de liminar, por não vislumbrar o fumus boni iuris necessário à sua concessão.

Assim, os argumentos lançados pela autoridade apontada como coatora, em cotejo com os elementos que instruem os presentes autos, autorizam a conclusão do acerto do indeferimento da medida sumária, para manter, ao menos por ora, a segregação cautelar do paciente.

Além disso, mister destacar que o revolvimento dessa questão certamente acarretaria a indevida supressão de instância, pois será alvo de exame oportuno na Corte de Justiça indicada como coatora, quando do julgamento do seu mérito.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste

Superior Tribunal de Justiça

Superior Tribunal de Justiça, **indefere-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator

